

SOCIOBIODIVERSIDADE, CULTURA E NATUREZA: UM OLHAR SOBRE A EXPRESSÃO CAIÇARA NA BAIXADA SANTISTA

Gabriela Santos Tibúrcio¹

Mariana de Andrade Dias da Silva²

RESUMO

O artigo analisa a cultura caiçara na Baixada Santista como expressão da sociobiodiversidade, evidenciando a relação indissociável entre cultura, natureza e território. A partir de pesquisa qualitativa, que inclui revisão bibliográfica, trabalho de campo e entrevistas, o estudo destaca práticas tradicionais como a pesca artesanal, os mutirões, o Fandango e a produção de alimentos, saberes ecológicos ligados aos ecossistemas costeiros. Discute-se a cultura caiçara como forma de resistência sociocultural frente às pressões da urbanização, do turismo predatório e de políticas ambientais excludentes, ressaltando seu papel na conservação ambiental e na afirmação de identidades territoriais. Estudos de caso em Itanhaém e Bertioga evidenciam, respectivamente, os processos de fragilização e de rearticulação contemporânea da cultura caiçara, apontando caminhos para a gestão cultural e a salvaguarda do patrimônio imaterial no litoral paulista.

Palavras-chave: Sociobiodiversidade; Cultura; Natureza; Caiçara; Baixada Santista.

ABSTRACT

This article explores Caiçara culture in the Baixada Santista region as an expression of sociobiodiversity, emphasizing the inseparable relationship between culture, nature, and territory. Based on qualitative research that integrates a literature review, fieldwork, and interviews, the study examines traditional practices such as artisanal fishing, collective work (mutirões), Fandango, and food production, understood as ecological knowledge rooted in coastal ecosystems. Caiçara culture is analyzed as a form of sociocultural resistance to the pressures of urbanization, predatory tourism, and exclusionary environmental policies, highlighting its role in environmental conservation and the affirmation of territorial

1 Gabriela Santos Tibúrcio. Mestra em Ciências Ambientais pela UFSCar e animadora sociocultural e supervisora de educação ambiental no Sesc Bertioga.

2 Mariana de Andrade Dias da Silva. Historiadora pela USP e técnica em Desenvolvimento Institucional do IDBRASIL, Organização Social de Cultura gestora do Museu da Língua Portuguesa e Museu do Futebol.

identities. Case studies in Itanhaém and Bertioga illustrate, respectively, processes of cultural erosion and contemporary rearticulation, offering pathways for cultural management and the safeguarding of intangible heritage along the São Paulo coastline.

Keywords: Sociobiodiversity; Culture; Nature; Caiçara; Baixada Santista region.

As comunidades caiçaras constituem uma das matrizes identitárias mais antigas do litoral paulista. Resultantes do encontro entre indígenas, colonizadores portugueses e povos africanos, desenvolveram um modo de vida profundamente vinculado ao mar, aos rios e à terra. Na Baixada Santista, esse modo de vida consolidou-se ao longo dos séculos em torno da pesca artesanal, da agricultura de subsistência, da construção de embarcações e da oralidade – práticas que traduzem uma relação simbiótica com o ambiente natural.

O presente artigo analisa expressões da cultura caiçara na Baixada Santista, considerando suas relações com o território e com os aspectos socioambientais. A pesquisa adota abordagem qualitativa, combinando revisão bibliográfica e documental, entrevistas, trabalho de campo e o mapeamento de iniciativas culturais e ambientais relacionadas às práticas caiçaras.

CULTURA CAIÇARA, SOCIOBIODIVERSIDADE E RESISTÊNCIA TERRITORIAL

A cultura caiçara é marcada pela autossuficiência produtiva, pela reciprocidade social e pelo caráter coletivo das celebrações, refletindo um modo de vida solidário e cooperativo (Diegues, 2004). As festas e danças tradicionais, como o Fandango, funcionam como momentos de integração comunitária e reafirmação da identidade.

A cultura caiçara se caracteriza como uma das expressões mais autênticas da sociobiodiversidade brasileira, por integrar saberes tradicionais, práticas sustentáveis e modos de vida construídos em profunda interdependência com os ecossistemas costeiros e marinhos da Mata Atlântica. A noção de sociobiodiversidade articula diversidade biológica e diversidade cultural, reconhecendo que os modos de vida das comunidades tradicionais são parte integrante dos ecossistemas.

Dessa dinâmica resultam produtos que podem assumir a forma de bens ou serviços, associados à constituição de cadeias produtivas de interesse

de povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares (Brasil, 2009). Esses produtos contribuem para a manutenção e a valorização de práticas, saberes e direitos, ao mesmo tempo que possibilitam a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida e do ambiente.

No caso caiçara, a vida cotidiana – pesca artesanal, agricultura de coivara, coleta de frutos e manejo florestal – é inseparável do ambiente natural. A cultura caiçara representa uma relação íntima entre ser humano e natureza, marcada pelo respeito aos ciclos da maré, das espécies e das estações. Esses saberes ecológicos tradicionais sustentam uma economia de base comunitária e modos de uso do território compatíveis com a conservação ambiental. Assim, a identidade caiçara é também uma expressão ecológica, em que a paisagem natural é parte constitutiva da cultura (Murúa, 2020).

Os saberes tradicionais caiçaras – passados oralmente entre gerações – envolvem técnicas de manejo pesqueiro e agrícola que equilibram exploração e preservação. Práticas como o cultivo de mandioca, o uso da mata para coleta controlada e a construção artesanal de canoas e casas evidenciam uma tecnologia social adaptada ao ambiente.

A cultura caiçara também se afirma como forma de resistência socio-cultural diante das pressões da urbanização, do turismo predatório e das políticas ambientais excludentes. Muitas comunidades foram deslocadas ou marginalizadas por modelos de conservação que não reconheciam os saberes locais. Ainda assim, a cultura caiçara sobrevive como identidade territorial e política, reivindicando o direito de existir por meio das próprias práticas culturais e ambientais. Essa resistência fortalece o reconhecimento dos caiçaras como sujeitos de direitos socioambientais, cuja presença é essencial para a manutenção da diversidade biológica e cultural do litoral paulista.

CULTURA CAIÇARA E CULTURA OCEÂNICA: DIÁLOGOS PARA A CONSERVAÇÃO

A articulação entre o conceito de cultura oceânica e a cultura caiçara permite compreender como os saberes tradicionais das comunidades litorâneas brasileiras são fundamentais para uma nova ética de conservação dos oceanos, baseada em ciência, pertencimento, memória e reciprocidade com o mar. Essa relação pode ser dividida em cinco eixos, integrando fundamentos conceituais contemporâneos da cultura oceânica com os elementos socioculturais, ambientais e simbólicos da tradição caiçara: cultura oceânica – um paradigma de pertencimento planetário; a cultura caiçara

como expressão tradicional da cultura oceânica; saberes caiçaras e conservação marinha; a cultura caiçara como aliada da conservação participativa; e o oceano como território de cultura e futuro.

A cultura oceânica (*ocean literacy*), conceito promovido pela Unesco e pela Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021–2030), propõe que a humanidade reconheça o oceano como um sistema vital e interconectado, do qual dependem o clima, a biodiversidade e a própria vida humana. Nesse sentido, a cultura caiçara é, na prática, uma cultura oceânica ancestral. Ela nasceu do encontro direto entre o ser humano e o mar, em um diálogo contínuo entre o ritmo das marés, os ventos, as luas, os ciclos dos peixes e a vida comunitária. Os saberes caiçaras incorporam princípios fundamentais da conservação oceânica contemporânea: uso sustentável dos recursos; conhecimento ecológico local; diversificação de práticas econômicas; e espiritualidade ecológica. Essas práticas revelam que, muito antes da formulação das políticas modernas de conservação, as comunidades caiçaras já viviam uma ética oceânica: cuidar do mar é cuidar da própria comunidade.

A cultura caiçara pode funcionar como ponte entre ciência e tradição, oferecendo conhecimentos locais que enriquecem políticas públicas de conservação e educação oceânica. Essa integração é essencial para superar modelos de gestão ambiental excludentes, que historicamente expulsaram comunidades tradicionais de suas áreas de pesca e moradia em nome da “preservação”. Ao contrário, reconhecer o valor da cultura caiçara é reconhecer que não existe oceano saudável sem comunidades costeiras vivas e empoderadas. A cultura oceânica propõe uma consciência global do mar. A cultura caiçara demonstra, na prática, que essa consciência já existe – viva, enraizada e cantada nas margens da Baixada Santista.

CULTURA CAIÇARA COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL E IDENTIDADE REGIONAL

As manifestações culturais caiçaras – como o Fandango Caiçara, reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2012 – constituem expressões vivas que articulam memória, identidade e modos de vida tradicionais do litoral paulista e paranaense. Essas manifestações transcendem o aspecto festivo e artístico: elas são sistemas culturais complexos, que integram saberes, fazeres e valores comunitários.

Entre as ameaças à continuidade dessas práticas estão a especulação imobiliária, a criação de unidades de conservação sem diálogo com

as populações locais e a desestruturação dos modos tradicionais de vida. Muitas comunidades foram deslocadas, perdendo o espaço físico e simbólico das celebrações. Por isso, recursos como o de registro dessas expressões como patrimônio imaterial não são apenas reconhecimento, mas também uma ação política de salvaguarda, que envolve educação patrimonial, apoio à transmissão dos saberes, incentivo à produção musical e promoção de intercâmbios culturais entre comunidades.

As manifestações culturais caiçaras exemplificam a dimensão viva do patrimônio imaterial: são práticas que articulam trabalho, fé, arte e convivência, preservando uma visão de mundo fundada na solidariedade, na relação com a natureza e na valorização da ancestralidade. O Fandango Caiçara é a expressão mais emblemática dessa continuidade cultural – uma manifestação que une comunidades do litoral sul paulista (como Cananeia e Iguape) às do litoral norte paranaense, revelando um tecido cultural que precede e resiste às fronteiras políticas.

Murúa (2020) aprofunda essa compreensão ao situar a cultura caiçara como expressão da sociobiodiversidade – isto é, como um modo de vida que integra saberes culturais e diversidade biológica. Na Baixada Santista, o território caiçara é também o espaço da Mata Atlântica costeira, dos estuários e manguezais, ambientes de altíssima diversidade ecológica e cultural. A cultura caiçara, nesse contexto, articula uma relação simbiótica entre o humano e o natural: ela organiza o uso sustentável dos recursos, preservando o conhecimento ecológico tradicional e expressando valores de reciprocidade, solidariedade e pertencimento.

Esse entrelaçamento entre natureza e cultura cria uma identidade regional compartilhada – uma “paisagem cultural” que se reconhece tanto nas práticas de pesca artesanal de Bertioga quanto nas danças de Fandango de Cananeia ou nas festas do Divino de Santos, São Vicente e Itanhaém. O relatório da primeira etapa de mapeamento artístico, cultural, ambiental e turístico da Baixada Santista e do Vale do Ribeira, iniciativa do Sesc-SP realizada entre 2017 e 2019, identificou um movimento contemporâneo de rearticulação dos agentes culturais da Baixada Santista, especialmente em Bertioga, a partir do reconhecimento das tradições caiçaras como potência de identidade e desenvolvimento comunitário. Esses agentes vêm reconstruindo pontes entre cultura popular, meio ambiente e políticas públicas, atuando como plataforma de diálogo entre comunidades, artistas e instituições.

ESTUDO DE CASO EM ITANHAÉM: CULTURA CAIÇARA E TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS PELA PERSPECTIVA HISTÓRICA

A relação entre caiçaras e “paulistas” foi estável até meados do século XIX, marcada principalmente pela prática do escambo. Entretanto, com a chegada de novas populações às áreas antes habitadas por caiçaras, essa cultura passou a ficar exposta à organização social dos que chegavam. As terras foram sendo apropriadas e ocupadas, e o caiçara foi perdendo suas áreas típicas de subsistência, em especial na costa, à beira-mar.

O desaparecimento das comunidades fechadas com suas expressões mais tradicionais, como ocorreu em Itanhaém, se deveu também à construção das estradas ligando o Planalto Paulista até o litoral na década de 1960 e à chegada de migrantes de outros estados, o que levou ao crescimento populacional e ao surgimento de uma cultura apoiada fortemente a partir de leis, empresas e do Estado, impondo-se à organização tradicional dessa comunidade.

No âmbito da popularização dos estudos de comunidade no Brasil, os sociólogos Azis Simão e Frank P. Goldman apresentaram as características da então comunidade caiçara de Itanhaém, partindo da hipótese de que, embora situada próxima de centros urbanos como Santos e São Paulo, permaneceu até aquele momento relativamente à margem das dinâmicas da economia mercantil e urbana.

Na agricultura, as plantações exíguas não demandavam mais do que o trabalho de um homem, ou de uma família, circunstância esta em que emergia a forma de trabalho coletivo, baseada em relações que envolviam atitudes e valores de conotação afetiva. [...]. Bastava um sitiante dizer aos amigos: “sábado tenho um auxílio”, e todos compareciam, havendo, contudo, casos de representação através de camaradas. O convocador, além de ficar empenhado em igual obrigação para com os convocados, oferecia-lhes alimentos, aguardente e o bate-pé, depois da jornada (Simão; Goldman, 1958).

Essas formas de expressão comunitária tradicionais da cultura caiçara em Itanhaém se perderam, em grande medida em função da pressão demográfica e das transformações de ordem urbana, social e econômica. Por outro lado, ainda resistem em diferentes práticas em Peruíbe, na Serra da Jureia-Itatins, no Vale do Ribeira, e mais ao norte, em municípios como Bertioga e Ubatuba.

Apesar disso, embora algumas expressões estejam dissolvidas em Itanhaém e não haja, hoje, comunidades mais fechadas e identificadas como caiçaras, a cultura da pesca, bem como as memórias e os valores do fazer caiçara permanecem presentes no município.

Segundo dados fornecidos pelo Departamento de Agricultura da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e de Relações de Trabalho de Itanhaém, em 2025, estima-se que o município possua, aproximadamente, 10 pescadores de caranguejo, 20 de marisco e entre 200 e 300 pescadores de peixe e camarão, sendo ao menos metade oriundos de famílias caiçaras locais.

SUBSISTÊNCIA E TRABALHO: FARINHA MANEMA E PESCA ARTESANAL

A aposentada Rute Pedroso, de 94 anos, é uma das últimas representantes da comunidade caiçara do atual território de Itanhaém a nascer em uma cabana à beira-mar, próximo à divisa de Mongaguá. Com o avanço da urbanização e da balnearização a partir dos anos 1920, sua família foi pressionada a abandonar a vida em cabana.

Em entrevista, Rute evocou os valores das tradições e práticas do caiçara da Baixada Santista e do Vale do Ribeira, como a produção da farinha Manema, os mutirões, a pesca e a caça, a produção artesanal dos instrumentos de trabalho e lazer e o manejo sustentável dos recursos naturais. A memória de Rute revela um cotidiano de subsistência baseado na articulação entre pesca, caça e produção agrícola, sustentado por redes familiares de solidariedade.

As lembranças de juventude das décadas de 1940 e 1950 de Rute, que incluem a feitura de canoas pelo pai a partir de um único tronco de árvore, ressoam tanto nas memórias quanto na vida prática de Paulo Henrique Marques, de 55 anos, atualmente o pescador artesanal mais antigo em atividade em Itanhaém.

Neto de um caiçara de São Vicente que se estabeleceu na cidade nos anos 1950, Paulo começou a trabalhar com o pai aos 13 anos, manteve-se na pesca artesanal – da canoa ao barco motorizado – e construiu sua vida e família graças a essa atividade. Para Marques, pescadores artesanais na cidade configuram uma categoria exígua, não ultrapassando aproximadamente 20 indivíduos.

Quando a gente fala que a gente é pescador artesanal, porque pesca artesanal é canoa, que é barco de um pau só. Eu tenho canoa aqui até hoje que eu guardo com carinho que é, como se fala, uma relíquia. Ela dá três palmos de largura por cinco de comprimento [formato típico da canoa caiçara]. É canoa indígena mesmo, que só a gente que anda nela.

Ambos, a partir de memórias e práticas, explicitam a interdependência entre ambiente natural e cultura material. Como assinalam Cavalheiro e Araujo (2015), a relação entre humanidade e natureza é indissociável, pois mesmo diante do avanço da técnica, esta não substitui os elementos da biodiversidade para a manutenção da vida. Assim, a sociobiodiversidade emerge da associação entre a diversidade biológica e os múltiplos saberes culturais que dela se apropriam. Exemplo disso é outra prática, esta de cunho alimentar, essencial na dieta dos povos do litoral, destacada por Rute.

Eu sou caiçara, né? [...] E faziam uma farinha, não sei se você conhece. Eles plantavam, ficavam seis meses. Depois eles colhiam a mandioca. [...] Essa farinha chama-se Manema. Aqui pra nós, né? Porque tem gente por aí, paulista, que não conhece isso aqui. Só nós que era daqui do litoral que sabe isso aqui. Isso aqui é uma riqueza pra mim.

Marques também reflete no mesmo sentido, sobre os hábitos de um passado que ainda resiste:

ó, nem fala em farinha manema, fazia muito [...]. Nós fomos criados com isso, farinha manema com café, caçãõ seco no fogo a lenha, tainha seca no fumeiro, caçãõ, banana, carne seca. Você vê, hoje eu tenho 55 anos de idade, eu pesco sozinho no barco, um barco que é para três pescar.

Entre as memórias familiares, Marques recorda que seus avós cultivavam em casa mandioca, batata-doce e milho, alimentos que estruturavam a dieta cotidiana. Esses cultivos, todos originários das Américas, foram apropriados pelas populações indígenas e, mais tarde, pelas comunidades caiçaras, compondo o sistema agrícola de roça de coivara. O depoimento de Paulo, ao lembrar a prática de seus avós, evidencia como a agricultura de subsistência se articulava com a pesca e a coleta, compondo um modo de vida que revela a sociobiodiversidade do litoral paulista.

SOCIABILIDADE E FESTAS: MUTIRÃO E FANDANGO

As práticas coletivas também constituíam o tecido social caiçara. Enquanto o mutirão funcionava como uma forma de trabalho comunitário que reforçava laços de solidariedade e reciprocidade, o Fandango, os bailes

e a música expressavam esse espírito de coletividade em sua dimensão celebrativa, conforme aponta Rute:

era muito inteligente, meu pai. Nossa, era demais. Ele fazia aquele violino à mão pra poder tocar. Era a rabeca. E tocava de ouvido. Eles faziam bonitinho, é que agora acabou-se [...] Nos bailes era tocado o pandeiro, os violinos de rabeca e olha, o pessoal dançava até de manhã.

A fala de Rute insere a música como extensão da vida caiçara: instrumentos feitos artesanalmente e repertórios transmitidos oralmente animavam festas que iam até o amanhecer, reafirmando identidade e pertencimento. A desarticulação dessa sociabilidade caiçara em Itanhaém pode ser relacionada à chegada de novas legislações ambientais e ao êxodo das famílias para a cidade, expressa no depoimento de Nair Antônia da Silva Alves, caiçara do Bairro do Rio Acima:

como a gente não conhecia muito o saber ler, pois como se diz, a gente lê pouco mas não sabe o significado, aí chegava [o poder público] e falava “não pode, tá derrubando as matas”. Mas não tava derrubando a mata. Porque se você mora aqui, você tem que carpir, limpar, cultivar, não é mesmo? Aí vinha a Florestal, era muita que a gente levava. Nem o palmito pra comer a gente pode cortar? Pode, da porta a gente pode né, tá plantando. Mas não. Então a gente ficava indeciso. Aí como vai fazer com os filhos? Tem que mandar pra cidade, estudar, fazer alguma coisa, trabalhar. E é como foi. E por isso que foi se acabando um pouco, né.

Nair apresenta um cenário de declínio das práticas coletivas – mutirão, roça, Fandango – associado a um conjunto de transformações sociais e ambientais do século XX: o controle sobre o uso da terra, a repressão do Estado sobre as práticas tradicionais e a necessidade de inserção na cidade.

Essas falas convergem para uma mesma conclusão: a sociabilidade caiçara em Itanhaém – que antes se estruturava pela roça, mutirão, Fandango e festas religiosas – foi progressivamente enfraquecida por fatores externos (políticas públicas, urbanização e loteamento do território), rompendo com a lógica de comunidade e reciprocidade.

MEIO AMBIENTE, TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E LEGISLAÇÃO

O tema ambiental aparece de forma recorrente nas falas dos entrevistados, revelando tanto o respeito tradicional dos caiçaras pela natureza quanto os conflitos com políticas públicas e os impactos da urbanização.

Rute Pedrosa reforça, em seu depoimento, as mudanças ambientais que afetaram diretamente as formas de subsistência do caiçara. “E tinha um marisco aqui também, não é? Agora não tem mais, porque pelos anos acabou. [...] Depois de tanto paulista vir pra cá acabou, não tem mais nada, ficou liso isso aqui”. Marques complementa essa perspectiva, do ponto de vista do trabalho de pesca artesanal:

em 1982 eu vendia camarão a 30 centavos e ninguém queria. [...] A gente saía aqui 6h da manhã, chegava umas 3h da tarde com 800 quilos de camarão. Eu cansei de chegar com uma tonelada de camarão no dia e ninguém comprava. [...] Hoje eu cansei de vir embora sem um camarão. [...] A pesca de uns anos pra cá caiu de 100% para 40%.

Nos relatos de Marques, a legislação ambiental aparece, por vezes, como um fator de pressão sobre o pescador artesanal, enquanto, no seu entendimento, outras problemáticas de impacto ambiental – como a poluição dos rios, a dragagem que destrói manguezais e a circulação de grandes embarcações – seguem pouco enfrentados. Sua crítica não se dirige à existência das normas em si, mas à assimetria da fiscalização, que incide mais fortemente sobre quem mantém práticas tradicionais de subsistência.

Essa percepção dialoga com a lembrança de Nair sobre a atuação da “Florestal”, quando até mesmo o corte de palmito para alimentação ou a limpeza de roças familiares foram criminalizados, contribuindo para o deslocamento de famílias e a perda de práticas culturais. Em ambos os casos, percebe-se a dificuldade de conciliar legislação ambiental e modos de vida tradicionais, reforçando a ideia de que a sociobiodiversidade só pode ser compreendida a partir da integração entre biodiversidade e diversidade cultural, evitando a ruptura entre comunidade e natureza.

PERSPECTIVAS INSTITUCIONAIS E CAMINHOS PARA A AÇÃO CULTURAL

Rute pertence a uma das gerações mais antigas ainda vivas da comunidade caiçara em Itanhaém. Paulo se identifica como o pescador artesanal mais velho ainda em atividade entre os cerca de 20 que, segundo ele, mantêm práticas tradicionais.

Assim, Itanhaém se configura como um caso emblemático: de um lado, uma cidade de economia costeira em atividade, apoiada no turismo e em serviços como vetores de renda, com economia pesqueira ainda resistente; de outro, uma comunidade tradicional reduzida a fragmentos de memória e práticas isoladas, preservadas em poucos indivíduos.

Revela-se, nesse contexto, um desafio fundamental para a gestão cultural: como preservar e valorizar práticas caiçaras em um território em que sua expressão se encontra fragilizada, sem reduzi-las à folclorização ou ao marketing turístico. Mais ainda: como reconhecer que, em Itanhaém, a cultura caiçara já não atua mais como uma presença social estruturante, mas sim um patrimônio em risco, cuja continuidade depende de ações conscientes de salvaguarda.

Entre as perspectivas institucionais, destaca-se a visão do Secretário de Turismo de Itanhaém, Rodrigo Zanella, que atuou como diretor de Cultura. Zanella reconhece a presença de famílias de pescadores em bairros como Praia dos Pescadores, Guaraú, Baixio e Ilha do Mauricinho (Bairro do Rio Acima), além de áreas como Gaivota e Suarão, embora de forma cada vez mais fragmentada. Mas também observa a influência natural das mudanças sociais do mundo contemporâneo e urbano: parte das famílias tradicionais permanece na pesca, mas muitos filhos de pescadores migraram para outras ocupações em busca de estudo e emprego, sem necessariamente romper com a identidade de origem.

No campo do turismo, Zanella aponta o potencial náutico da cidade como um dos caminhos para tratar do tema, que já movimenta cerca de duas mil pessoas por semana. O secretário também destaca a importância de reformas realizadas pelo poder público em espaços estratégicos, como o píer do Guaraú – onde pescadores como Paulo Henrique Marques comercializam seu pescado – e a área de comércio de pescado na Praia dos Pescadores, que concentra atividades artesanais e turísticas.

Com tantos desafios no âmbito local, como a cultura caiçara, enquanto expressão da sociobiodiversidade, pode se manifestar e resistir na Baixada Santista, e de que forma essa dinâmica pode orientar ações culturais contemporâneas em rede? Trabalhar essa valorização pelo viés do turismo aparece como um dos caminhos, segundo Zanella:

A ideia é que a gente possa apresentar os três municípios [Peruíbe, Mongaguá e Itanhaém] como se fossem uma pequena região da Baixada Santista, porque nós temos características muito próximas, e dentre elas o turismo de pesca, turismo de sol e praia, o turismo náutico. [...] Nós estamos criando um plano de desenvolvimento desse projeto para essas três

idades, com roteirização, segmentação e inventário de tudo que nós temos, para compor um projeto piloto diferente aqui para a nossa região.

Por outro lado, é preciso reconhecer que a cultura caiçara em Itanhaém materializa uma contradição central da sociobiodiversidade: é ao mesmo tempo memória, resistência e desafio contemporâneo. Apesar de sua presença simbólica permanecer viva nos relatos dos mais velhos, na identidade afirmada com orgulho e nas práticas da pesca, a pressão demográfica e de transformação urbana, a degradação ambiental e as mudanças inevitáveis da contemporaneidade tornam sua expressão cultural cada vez menos visível.

A perspectiva regional sugerida por Zanella, que integra Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe, pode abrir espaço para ações de rede que valorizem os saberes caiçaras como parte da identidade comum do litoral sul paulista, desde que acompanhadas de cuidados críticos quanto ao uso turístico dessas expressões. Em Itanhaém, contudo, o trabalho de salvaguarda exige o reconhecimento de que se trata de uma cultura em vias de desaparecimento, cujo registro, valorização e transmissão dependem de iniciativas urgentes e continuadas.

ESTUDO DE CASO EM BERTIOGA: CULTURA CAIÇARA A PARTIR DO FESTIVAL “O MAR EM NÓS”

Bertioga é um município do litoral paulista onde a cultura caiçara ainda pulsa, apesar das pressões urbanas e turísticas. A pesca artesanal, prática ancestral e comunitária, é o eixo que articula modos de vida, saberes tradicionais e vínculos afetivos com o território. A Colônia de Pescadores Z-23, fundada em 1921, é mais do que uma associação: é um marco da permanência da cultura pesqueira em Bertioga.

Reconhecer Bertioga como território de interesse especial da pesca artesanal é garantir que seus habitantes possam continuar a viver do mar, com dignidade, segurança e reconhecimento. Em um contexto de invisibilização das culturas tradicionais, propostas de fortalecimento da cultura caiçara são formas de manter viva a história do território.

O festival “O Mar em Nós” é uma iniciativa socioambiental e cultural do Sesc Bertioga, que teve sua primeira edição em abril de 2024, sendo um evento relevante para a salvaguarda da sociobiodiversidade, especialmente no contexto da cultura caiçara de Bertioga e dos ecossistemas da Mata Atlântica. O festival se configura como um processo de articulação territorial e comunitária, promovendo o diálogo entre saberes tradicionais, práticas sustentáveis e políticas culturais.

O festival “afirmou as urgências das comunidades caiçaras e possibilitou conversas que geram vínculos entre esses territórios” (Gravatá; Labate, 2024). Essa dimensão relacional é essencial: ao reunir mestres e mestras caiçaras, pesquisadores, gestores e jovens, o evento criou um espaço de escuta e cooperação entre comunidades que compartilham modos de vida baseados na interdependência entre cultura e natureza. Nesse sentido, o festival atuou como um elo da sociobiodiversidade, articulando dimensões ecológicas (como o cuidado com o mar, as roças e as florestas) e dimensões culturais (como o Fandango, a culinária tradicional e as práticas de mutirão).

O festival também ampliou o entendimento da Mata Atlântica como território cultural, e não apenas como reserva biológica. Ao promover atividades sobre o mar, as roças e as tradições locais, “O Mar em Nós” evidencia que a conservação depende do reconhecimento das populações que habitam e cuidam desses ecossistemas. O festival “O Mar em Nós” se afirma como um modelo de política cultural ecológica, que articula preservação ambiental e fortalecimento comunitário. Sua importância para a salvaguarda da sociobiodiversidade reside na capacidade de criar pontes entre comunidades, gerações e saberes, reafirmando o papel dos caiçaras como guardiões da Mata Atlântica e do patrimônio cultural brasileiro. Ao integrar práticas artísticas, pedagógicas e territoriais, o festival não apenas celebra a diversidade, mas reconstrói o vínculo entre o humano e o ambiente, transformando a cultura em ferramenta de resistência, educação e regeneração socioambiental.

Essa ética ecológica, presente nas falas e vivências do festival, materializa o conceito de sociobiodiversidade – a coexistência harmônica entre diversidade biológica e diversidade cultural. Assim, o evento atua como instrumento de educação ambiental, fortalecendo identidades locais e práticas sustentáveis.

O festival, ao propor encontros entre mestres caiçaras, jovens, quilombolas e indígenas, traduziu na prática o que se entende por atuação em rede baseada na cultura caiçara: uma rede que se organiza pela partilha de saberes, pela reciprocidade e pela defesa dos territórios costeiros frente à especulação imobiliária e à degradação ambiental. Trata-se, portanto, de uma rede viva, sustentada por princípios de convivência, cooperação e diálogo intergeracional – os mesmos que, historicamente, estruturam os mutirões, os Fandangos e as festas caiçaras.

A possibilidade de construir materiais com registros das histórias e expressões produzidas durante o festival reafirma o compromisso com a memória viva dos territórios e a democratização do acesso à cultura. As

narrativas coletadas junto às comunidades caiçaras da Baixada Santista ao longo do evento revelam um profundo entrelaçamento entre cultura, território e meio ambiente, evidenciando a centralidade do mar como elemento simbólico, identitário e de subsistência (Gravatá; Labate, 2024). A expressão “O Mar em Nós” emerge como metáfora potente da relação orgânica entre os sujeitos caiçaras e seu entorno natural, configurando-se como espaço de memória, resistência e produção de vida.

A partir das falas dos moradores, lideranças e agentes culturais, foi possível identificar um conjunto de práticas e saberes que compõem o patrimônio imaterial caiçara. Entre eles, destacam-se:

- Práticas de subsistência e saberes tradicionais: O cultivo de alimentos como arroz e jambu, o uso de plantas medicinais por benzedadeiras e o conhecimento sobre a fauna local, como o surucuá-de-barriga-amarela e os peixes da região como a tainha, demonstram a íntima relação entre os caiçaras e o ambiente natural. A leitura das espumas do mar, das manchas nas águas e das nuvens para prever o tempo são exemplos de saberes ecológicos transmitidos intergeracionalmente.
- Expressões culturais e artísticas: O Fandango, a rabeca e os saberes musicais são elementos centrais da cultura caiçara, com forte carga afetiva e simbólica. A rabeca, descrita como “mulher que se toca encostando no coração”, representa não apenas um instrumento musical, mas também um elo com a ancestralidade e com os afetos comunitários.
- Memória e oralidade: Os relatos de figuras como Dona Socorro, Seu Zequinha Quirino, Seu Dauro, Mestre Zé Pereira e outros moradores evidenciam a importância da oralidade como forma de transmissão de saberes, histórias e valores. A frase “Quando eu nasci meu pai só tinha terra embaixo das unhas” sintetiza a relação de pertencimento e resistência frente às ameaças externas.
- Resistência territorial e crítica social: As falas denunciam os impactos da especulação imobiliária, da proibição de práticas agrícolas tradicionais, do fechamento de escolas e da imposição de modelos de turismo predatório. Tais questões são enfrentadas por meio da mobilização comunitária e da valorização das práticas culturais locais.
- Arquitetura e modos de habitar: A construção de casas de palafita com materiais reaproveitados revela a criatividade e a resiliência das comunidades diante das adversidades.

- **Cosmologias e mitologias locais:** A lenda do vento noroeste, personificado como um menino travesso, ilustra a maneira como os caiçaras interpretam e se relacionam com os fenômenos naturais, atribuindo-lhes significados culturais e educativos.

Essas narrativas, colhidas de pessoas que vivem em diferentes localidades do litoral paulista, compõem um mosaico de saberes que resistem ao tempo e às pressões externas. A sistematização desses relatos contribui para a construção de políticas culturais sensíveis às especificidades locais, além de fortalecer a rede de salvaguarda do patrimônio cultural caiçara.

Como sugestões para as próximas edições do festival, sugere-se que incluam intercâmbios entre comunidades, visitas de campo e o diálogo entre caiçaras, indígenas e quilombolas, o que amplia o escopo da sociobiodiversidade para uma dimensão intercultural e política. Essa integração é vital para fortalecer as redes de resistência diante da especulação imobiliária, da perda territorial e da invisibilidade cultural. Outras sugestões – como dar mais espaço às mulheres na cultura caiçara, envolver jovens e crianças nas atividades e debater políticas públicas de cultura – revelam a preocupação em assegurar a continuidade dos saberes tradicionais em meio às transformações socioambientais. Ao incluir oficinas, rodas de conversa e vivências práticas (como o preparo de comida caiçara e o reconhecimento de plantas medicinais), o festival se torna um laboratório de educação patrimonial e ecológica.

O FANDANGO CAIÇARA COMO BEM IMATERIAL E CONEXÃO ENTRE TERRITÓRIOS CAIÇARAS

O Fandango Caiçara é definido como uma expressão musical, coreográfica, poética e festiva que reúne música, dança, poesia e convivência social. Ele se manifesta especialmente nos municípios de Cananeia, Iguape, Guaraqueçaba e Paranaguá, regiões que integram o Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape, Cananeia e Paranaguá, reconhecido como Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco.

O Fandango é mais do que um espetáculo: é uma prática de sociabilidade e transmissão de conhecimento. Historicamente, ele esteve associado aos mutirões ou pexirões – formas tradicionais de trabalho coletivo em que a comunidade se reunia para plantar, colher, construir casas ou canoas, e ao final celebrava com música, dança, comida e bebida. Assim, o Fandango é parte essencial da organização social e simbólica das comunidades caiçaras.

Do ponto de vista estético e performático, o parecer descreve a diversidade das formas do Fandango: Fandango batido (ou rufado) – marcado pelo uso dos tamancos de madeira, que produzem o ritmo no assoalho de madeira das casas, transformadas em verdadeiras “caixas acústicas”; e o Fandango bailado (ou valsado) – de movimentos mais suaves, com casais dançando em pares ao som de violas, rabecas, adufos e, por vezes, cavaquinhos.

Essas formas são chamadas de marcas ou modas, e representam o repertório simbólico da coletividade. O Fandango é parte integrante da vida comunitária e desempenha papel essencial na formação de vínculos sociais, afetivos e identitários. É nas festas de Fandango que se namora, casa, celebra e negocia – espaços de sociabilidade que reafirmam o pertencimento ao território e a continuidade da tradição. Além disso, o Fandango é um instrumento pedagógico: os mestres e tocadores transmitem oralmente o repertório musical e coreográfico às novas gerações, garantindo a reprodução do conhecimento tradicional.

Em síntese, o Fandango Caiçara, enquanto patrimônio imaterial, não é apenas uma dança, é uma cosmovisão comunitária, um “modo de ser e estar no mundo” que traduz a memória, o território e a resistência cultural dos povos caiçaras.

GESTÃO CULTURAL E SOCIOBIODIVERSIDADE: PROPOSIÇÕES A PARTIR DA CULTURA CAIÇARA

O reconhecimento das expressões da cultura caiçara pelo Estado brasileiro reafirma a importância da diversidade cultural como valor nacional e reforça a necessidade de políticas culturais que assegurem a continuidade dos modos de vida caiçaras diante das pressões econômicas e ambientais contemporâneas.

Nessa perspectiva, o papel da gestão cultural ultrapassa a administração de espaços físicos ou de acervos materiais: trata-se de criar condições para que os próprios territórios e mestres de saberes sejam reconhecidos como museus vivos – espaços onde a cultura é experiência, convivência e transmissão.

A proposta dos Museus Orgânicos, concebida por Bené Fonteles em diálogo com o IPHAN e o Projeto “Museus do Povo”, traz uma concepção inovadora de museologia que se articula com os saberes tradicionais e com a gestão cultural de base comunitária. Os Museus Orgânicos nascem do entendimento de que o museu não é apenas o lugar das coisas, mas também o lugar das relações, das memórias e das práticas vivas. Neles, o

mestre ou a mestra de saber é o próprio “acervo”, e o território onde vive e atua é o “espaço expositivo”. Assim, a cultura não é congelada, mas continuamente recriada a partir da vida cotidiana.

Essa abordagem rompe com o modelo tradicional de museu, descentralizando o poder de representação cultural e devolvendo às comunidades o direito de narrar a si mesmas. Ao reconhecer que o saber tradicional é inseparável do contexto social e ecológico que o gera, o Museu Orgânico propõe uma curadoria compartilhada, baseada na escuta, no respeito e na reciprocidade.

A gestão cultural, inspirada pela proposta dos Museus Orgânicos, pode assumir um papel fundamental na mediação entre comunidades, políticas públicas e instituições culturais, garantindo que os saberes tradicionais sejam valorizados sem serem apropriados ou folclorizados. Isso implica repensar as práticas de gestão sob quatro eixos principais:

a. Mediação participativa e escuta ativa: o gestor cultural torna-se um articulador, facilitando processos colaborativos entre mestres, jovens aprendizes, pesquisadores e gestores públicos. A gestão cultural, assim, atua como prática de cuidado, em que o tempo da escuta e o ritmo das comunidades são respeitados.

b. Salvaguarda dinâmica e não hierárquica: a gestão cultural voltada aos saberes tradicionais não visa “preservar” como quem congela, mas manter vivo o fluxo do saber, reconhecendo a transformação como parte da continuidade. Essa salvaguarda se dá através de oficinas, intercâmbios, festivais, redes de solidariedade e políticas de apoio à transmissão intergeracional.

c. Territorialidade e ecologia cultural: a gestão cultural, inspirada nessa abordagem, reconhece que os saberes tradicionais são territoriais e ecológicos. Valorizar a cultura caiçara, por exemplo, é também proteger a Mata Atlântica, o mar e os modos de vida que sustentam a sociobiodiversidade. A gestão cultural, portanto, atua como forma de gestão ambiental ampliada, na qual a cultura é elemento de sustentabilidade.

d. Políticas públicas de reconhecimento e autonomia: o gestor cultural deve articular políticas que garantam autonomia e reconhecimento aos detentores dos saberes tradicionais – valorizando o direito à autoria, à remuneração justa e ao protagonismo comunitário. A gestão cultural, nesse contexto, tem o papel de estruturar pedagogias do território – experiências de aprendizado não formal que emergem da prática e da convivência.

Assim, os gestores tornam-se educadores interculturais, mediando trocas entre mundos distintos (tradicional e institucional, oral e acadêmico, local e global), garantindo que o conhecimento tradicional seja reconhecido como ciência da vida e não como curiosidade folclórica.

Inspirada nos princípios dos Museus Orgânicos, a gestão cultural voltada aos saberes tradicionais possibilita assumir uma dimensão ética, estética e política. Mais do que promover eventos ou gerir equipamentos, ela deve tecer redes vivas de afeto, memória e resistência, assegurando que os saberes locais sejam transmitidos em seus próprios termos e tempos.

Nesse sentido, a gestão cultural torna-se agente de salvaguarda da sociobiodiversidade, fortalecendo a relação entre cultura e natureza, entre o humano e o território. Ao reconhecer o mestre como museu e o território como obra, ela não apenas preserva tradições, mas também mantém vivas as formas de pensar, sentir e existir que sustentam a diversidade cultural e ambiental do Brasil.

Dessa forma, articular tais instrumentos para a salvaguarda da cultura caiçara não somente em uma ou duas cidades, mas na Baixada Santista como um todo, possibilita recuperar o entendimento desse modo de vida pelo seu território ancestral, e não apenas contemporâneo, marcado pelas fronteiras político-administrativas.

A cultura caiçara pode ser entendida como elo regional histórico, ecológico e simbólico da Baixada Santista, como base identitária e vetor de articulação em rede – anterior às fronteiras municipais e fundamental para repensar a gestão cultural e ambiental da região. Esse modo de vida tradicional consolidou uma unidade cultural e territorial que ultrapassa divisões administrativas: as comunidades caiçaras compartilham língua, saberes, ritmos, técnicas, culinária e cosmologias profundamente enraizadas na Mata Atlântica e no mar.

Esses processos culturais sugerem um novo paradigma para a gestão cultural regional: em vez de concentrar ações em equipamentos fixos e hierarquizados, trata-se de reconhecer os mestres, as comunidades e os territórios como museus vivos – espaços de memória e criação em constante transformação. Nessa perspectiva, a gestão cultural da Baixada Santista poderia se estruturar como uma rede de núcleos comunitários interligados, cada um guardião de um aspecto do patrimônio caiçara (como a pesca, a música, o artesanato ou a culinária).

Essa rede fortaleceria a circulação de saberes, a formação de jovens aprendizes e a construção de políticas culturais descentralizadas, reforçando a identidade caiçara como fundamento regional comum. A partir dessa visão, a Baixada Santista pode se reconhecer não como um mosaico de cidades isoladas, mas como um território cultural contínuo, unido pelo mar, pela mata e pela memória compartilhada dos povos caiçaras.

Nesse sentido, a cultura caiçara não é apenas o elo do passado – é a trama de pertencimento e resistência capaz de fundamentar políticas regionais de cultura, turismo, educação e sustentabilidade que coloquem as comunidades e seus saberes no centro das decisões.

REFERÊNCIAS

- BRANCO, Alice. **Cultura Caiçara: o resgate de um povo**. São Paulo: Etecê, 2005.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília, DF, 2009: Disponível em: <https://bibliotecadigital.gestao.gov.br/bitstream/123456789/1024/1/Plano%20Sociobiodiversidade.pdf>. Acesso em: 15 jul. de 2025.
- CAVALHEIRO, Cíntia; ARAUJO, Rute. A sociobiodiversidade refletida no complexo contexto da multiculturalidade de saberes. **Revista Monografias Ambientais – REMOA**, v. 14, n. 1, p. 141-155, 2015. DOI: 10.5902/2236130816409.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **Caiçara: o olhar do pesquisador**. São Paulo: Editora HUCTEC NUPAUB/CEC, 2004.
- GRAVATÁ; LABATE. **Relatório de avaliação do Festival “O Mar em Nós”: nossas sugestões e percepções sobre as ondas do mar em nós**. Relatório interno. Sesc Bertioga, 2024. 6 páginas.
- IBGE. **Itanhaém – Panorama [Internet]**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/itanhaem/panorama>. Acesso em: 26 set. 2025.
- MURÚA, Gabriela Fernandes Feliciano. **Causos do (sub)desenvolvimento: a instalação do Pré-Sal no Litoral Norte Paulista e a resistência dos povos tradicionais**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – PPGCP, Unicamp, Campinas, SP, 2020.
- SIMÃO, Azis; GOLDMAN, Frank. **Itanhaém: estudo sobre o desenvolvimento econômico e social de uma comunidade litorânea**. São Paulo: USP, 1958.